

# O Parlamento inglês considera Plano Brady "largamente irrelevante"

por Celso Pinto  
de Londres

O Plano Brady para a dívida externa não é uma solução para os países devedores de renda média, como o Brasil. Ele é limitado, envolve recursos insuficientes e terá um efeito modesto nos países que já o adotaram. É "largamente irrelevante" para os países devedores, para os quais foi, ostensivamente, criado.

Estas foram as conclusões do Comitê do Tesouro e Serviço Civil do Parlamento britânico, num relatório sobre "A Estratégia da Dívida Internacional", divulgado esta semana. O Comitê, multipartidário, já havia divulgado dois relatórios anteriores sobre o tema. O atual, de 140 páginas, tem um efeito bastante pessimista para os países devedores.

O trabalho do Comitê foi enriquecido por inúmeros depoimentos na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, que incluíram do Tesouro britânico aos secretários do Tesouro norte-americano, do Banco da Inglaterra ao Federal Reserve, FMI, Banco Mundial, além dos presidentes dos bancos ingleses Lloyds, Midland e contatos com os norte-americanos Morgan, Chemical e Citicorp.

O Comitê parte do princípio que o foco mais sério de problemas da dívida está em países de renda média como México, Brasil e Argentina. Admite que não será possível chegar a uma solução sem que os bancos comerciais "tenham perdas adicionais". Da mesma forma, e uma conclusão significativa para um órgão parlamentar, o relatório aceita o princípio de que "os contribuintes (dos países ricos) inevitavelmente vão ter um papel na solução".

A questão da dívida, hoje, conclui o relatório, já não coloca a saúde dos bancos comerciais em risco e, por esta razão, "nós consideramos que é do interesse de todas as partes que o problema do endividamento do Terceiro Mundo para os bancos comerciais seja resolvido".

No entanto, ao analisar alternativas, o Comitê diz que o Plano Brady é insuficiente e admite que nem os bancos, nem os governos, estão dispostos a aumentar muito os recursos para os países devedores. Mesmo afirmando que "para os devedores o nível atual de fluxo de caixa negativo de recursos não pode ser sustentado indefinidamente", o relatório não deixa claro como seria possível invertê-lo.

Nas suas recomendações, aliás, o Comitê não traça a vida dos países devedores de renda média mais fácil. O relatório examina a hipótese de que o esquema de cancelamento de dívida chegue ao nível dos créditos oficiais, no âmbito do Clube de Paris, também para países de renda média.

Neste caso, contudo, recomenda o Comitê, "as necessidades maiores dos países mais pobres e as necessidades potenciais dos países do Leste europeu devem ser levadas em consideração e ter prioridade. A colocação do Comitê é uma preciosa indicação do grau de consideração que os políticos britânicos têm dado à questão do Leste europeu. Ao analisar porque os países devedores não deverão contar com muitos recursos oficiais no futuro, o relatório chama a atenção para "o crescente clamor para que recursos oficiais sejam desviados para o Leste Europeu". O próprio relatório acaba sendo um indício do apoio

que estes clamores terão entre os políticos.

O Comitê cita o testemunho de um subsecretário do Tesouro britânico, N. Wicks, que lembra que de 1982 a 1988 a participação dos bancos privados na dívida caiu de 67% para 565%, enquanto a das instituições multilaterais subiu de 8 para 165% e a dos créditos bilaterais de governo de 15 para 21%. Ou seja, desde o início da crise da dívida, dinheiro oficial dos países ricos acabou ajudando a pagar as contas dos bancos privados.

Daí a relutância em colocar mais dinheiro oficial e daí por que, segundo Wicks, a idéia de redução da dívida no Clube de Paris para países de renda média "dependeria de um acordo internacional e não foi seriamente considerada". O Comitê apóia, explicitamente, esta relutância do governo em reduzir, de forma bilateral, suas dívidas com países de renda média. Com isso, o Comitê, de fato, reduz ainda mais as alternativas para uma solução.

A dívida já custou aos contribuintes britânicos 1 bilhão de libras esterlinas, nos últimos três anos, em perdão fiscal para os bancos, diz o relatório (embora a contabilidade mais exata, neste caso, devesse, lembrar que a receita fiscal do País foi fortemente enriquecida com os enormes lucros proporcionados pela dívida, no passado, a estes mesmos bancos).

A agência oficial de créditos britânica, a ECGD, por sua vez, teve que aumentar suas provisões para perdas em países em desenvolvimento em 961 milhões de libras, para 3,263 bilhões de libras, entre 1988 e 1989. Se a ECGD tiver que se alinhar às exigências adicionais do Banco da Inglaterra, terá que colocar outros 3 bilhões de libras nas suas provisões.

Wicks, do Tesouro britânico, citou ao comitê os países para quem os créditos de médio e longo prazo da ECGD estão abertos. Entre os quinze países médios endividados que estavam na lista do antigo Plano Baker, apenas sete estão com crédito aberto: Chile, Colômbia, México, Marrocos, Filipinas, Venezuela e Uruguai. Estão vetados a Argentina, a Bolívia, a Costa do Marfim, o Equador, a Nigéria, o Peru e a Iugoslávia. O caso do Brasil é o único indefinido: "As discussões prosseguem", disse Wicks.

O comitê apóia o aumento do capital do Banco Mundial e do FMI, para melhor adequá-los para resolver a questão da dívida. O relatório, aliás, é enfático ao considerar insuficientes os recursos disponíveis para o Plano Brady, destes organismos e de outras fontes.

Somando todos os recursos potenciais do Plano Brady, diz o relatório, chega-se a um total de US\$ 28,5 bilhões. Considerando um valor médio de desconto da dívida no mercado secundário, onde cada dólar vale apenas 36 centavos, isso significa que seria possível liquidar US\$ 76 bilhões com o Plano Brady, se a redução fosse integralmente aplicada (o que não tem acontecido). Isso, como lembra o comitê, é apenas um sexto dos US\$ 479 bilhões líquidos devidos pelos 15 países médios mais endividados, ou um quarto de sua dívida aos bancos privados.

O relatório enfatiza, de outro lado, a responsabilidade dos países devedores em executar políticas "saúdáveis" de ajuste interno.